



PARECER PRÉVIO Nº 29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10977/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Iracema Maia da Silva, Prefeita, à época.
- 6- **Advogado:** : Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2624/2017-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das contas da Prefeitura Municipal De Benjamin Constant**, sob a gestão da **Senhora Iracema Maia da Silva**, exercício financeiro de 2014, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18, I, LC nº 06/91 e art. 1º, I e 29 da Lei n. 2423/96.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)



PARECER PRÉVIO Nº 29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MOARES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 29/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10977/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Iracema Maia da Silva, Ordenadora de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2624/2017-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Prazo. Autorização. Recomendações. Ofício. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar irregular as Contas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, sob a gestão da **Senhora Iracema Maia da Silva**, exercício financeiro de 2014, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no item 12 e 13 do Voto;

10.2 – Aplicar Multa à gestora, **Senhora Iracema Maia da Silva**, no valor de 30.000,00 (trinta mil reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, face à permanência das impropriedades elencadas no item 12.1, 12.2, 13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5 e 13.6 do Voto, as quais demonstram práticas de atos com grave infração às normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual nº.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução nº.04/2002-TCE/AM:

- a) **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais, através de Documento de Arrecadação – DAR (devidamente autenticado), gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 29/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

b) **Autorizar** desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

10.3 – Recomendar à Prefeitura Municipal de Benjamin Constant quanto a necessária obediência:

a) da Resolução nº27/2012-TCE/AM, mantendo em arquivo na sede da Administração Municipal todos os documentos relativos aos contratos de Obras e Serviços de engenharia listados;

b) da Lei nº4320/64, especificando a necessidade de atesto nas Notas Fiscais (art.63), registros analíticos de todos os bens de caráter permanente (art.94), controle de entrada e saída e saldo de material pelo Setor de Almoxarifado (art.75, II);

c) da Resolução nº11/2012-TCE/AM, Anexo I, de modo que as inserções de despesas de exercícios anteriores estejam em composição do limite de 25% na manutenção de Desenvolvimento de Ensino;

d) dos arts.38, III e parágrafo único, e 67, §1º, da Lei nº8666/93.

10.4 – Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas dando-lhe conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pela **Senhora Iracema Maia da Silva**, gestora e ordenadora de despesas, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96;

10.5 - Notificar a Senhora Iracema Maia da Silva e os demais interessados, encaminhando com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral